

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA

*Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003),
advogado militante, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2008) e
Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito do Instituto Brasiliense de
Direito Público (IDP) e palestrante em diversos eventos acadêmicos.
Conselheiro Nacional de Justiça nos biênios de 2012-2014 e 2014-2016.*

**LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIME
ORGANIZADO TRANSNACIONAL**





© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Setembro, 2016

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO
Impressão: PIMENTA GRÁFICA E EDITORA

Versão impressa — LTr 4193.3 — ISBN 978-85-361-8968-0
Versão digital — LTr 9018.6 — ISBN 978-85-361-8981-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pereira, Emmanoel Campelo de Souza

Lavagem de dinheiro e crime organizado transnacional / Emmanoel
Campelo de Souza Pereira. — São Paulo : LTr, 2016.

Bibliografia.

1. Corrupção 2. Crime organizado 3. Criminalidade transnacional 4.
Lavagem de dinheiro 5. Lavagem de dinheiro — Leis e legislação I. Título.

16-06610

CDU-343.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Lavagem de dinheiro e crime organizado transnacional
Leis : Direito penal 343.3

SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação	13
Introdução	19
I – O Fenômeno da Lavagem de Dinheiro e sua Regulamentação Internacional	25
1.1. Criminalidade organizada transnacional	27
1.1.1. O Problema da sua conceituação.....	27
1.1.2. Conceituação	35
1.1.3. Crime organizado: origens históricas.....	40
1.2. O que é lavagem de dinheiro?	43
1.2.1. Terminologia	43
1.2.2. Conceito	45
1.2.3. Fases ou etapas.....	46
1.3. Os esforços internacionais.....	49
1.3.1. Convenção das Nações Unidas contra o tráfico de ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.....	51
1.3.2. O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e as 40 recomendações	53
1.3.3. Convenção das Nações Unidas contra a delinquência organizada transnacional	57

1.3.4. A Convenção das Nações Unidas contra a corrupção	60
1.3.5. As recomendações de criminalização da lavagem de dinheiro	64
II – A Tipificação no Brasil da Lavagem de Dinheiro e da Receptação.....	66
2.1. A Lei n. 9.613/98: Lei de lavagem de dinheiro.....	66
2.1.1. A exposição de motivos da Lei n. 9.613/98	66
2.1.2. Objeto material.....	69
2.1.3. Tipo objetivo.....	71
2.1.4. Tipo subjetivo.....	74
2.1.5. Bem jurídico protegido.....	75
2.1.6. Sujeito ativo	80
2.1.7. Infrações penais antecedentes.....	81
2.1.7.1. O antigo rol de crimes antecedentes	82
2.1.7.2. A infração penal antecedente praticada no exterior	86
2.1.8. Consumação e tentativa.....	87
2.1.9. Pena.....	88
2.2. O art. 180 do Código Penal Brasileiro: a receptação.....	88
2.2.1. Considerações preliminares.....	88
2.2.2. Objeto material.....	88
2.2.3. Tipo objetivo.....	89
2.2.4. Tipo subjetivo.....	93
2.2.5. Bem jurídico protegido	94
2.2.6. Sujeito ativo	95
2.2.7. Crimes antecedentes	97
2.2.8. Consumação e tentativa.....	98
2.2.9. Pena.....	99
2.3. Análise comparativa entre os tipos penais de lavagem de dinheiro e receptação	99
2.3.1. Objeto material.....	99
2.3.2. Tipo objetivo.....	100
2.3.3. Tipo subjetivo.....	102

2.3.4. Bem jurídico protegido	102
2.3.5. Sujeito ativo	103
2.3.6. Crimes antecedentes	103
2.4. A Lei n. 12.683/2012.....	104
2.5. A exclusão do favorecimento real.....	107
Considerações Finais	109
Referências Bibliográficas	117